

## APRESENTAÇÃO

No presente número, reservado à Filosofia Medieval, há uma linha que perpassa quase todos os textos: o da recepção do pensamento antigo pelos pensadores do medievo cristão. Os trabalhos encontram-se na ordem cronológica do(s) autor(es) estudado(s).

Gregório Piaia trata da importância de Agostinho e Isidoro de Sevilha na historiografia medieval, na medida em que eles representaram dois modelos de trabalho – o doxográfico especulativo e a compilação enciclopédica – em que os pósteros se basearam.

Miguel Spinelli procura mostrar como Pedro Abelardo, que por muitos méritos se encontra no berço do pensamento escolástico, pode ser considerado também como o precursor da *quaestio* medieval, ao aplicar o método dialético ao ensino.

Ludger Honnefelder questiona alguns autores do passado, que consideravam Alberto Magno como um compilador, ou como um divulgador de Aristóteles, ou ainda como o mestre de Tomás de Aquino e, como tal, o preparador de caminho para seu aluno. O autor mostra que, em verdade, Alberto foi um filósofo da maior importância que, valendo-se de Aristóteles, soube incorporá-lo ao pensamento ocidental e, graças a seus trabalhos, algumas das questões mais analisadas em sua época, como a da relação entre teologia e filosofia – entre outras – foram por ele tratadas de modo magistral.

André Rios embrenha-se por um caminho tortuoso, qual seja o de examinar as relações de nós, contemporâneos, com o pensamento medieval. Como o currículo de filosofia hoje seguido no Ocidente foi elaborado no século XIX, há geralmente um desconhecimento do pensamento medieval e há dificuldade em colocá-lo em seu contexto socioantropológico.

Idalgo J. Sangalli estuda o crucial problema do assim chamado “averroísmo” latino da segunda metade do século XIII. As pesquisas do final do século XX conseguiram tomar a necessária distância acadêmica ante os fatos daquela época e apresentam uma leitura do “averroísmo” que muito se diferencia da costumeira.

Luis A. De Boni examina o texto *De perlegendis philosophorum libris* de Pedro de João Olivi para, através da obra estudar a posição dos medievais e, em especial, a atitude crítica de Olivi ante a filosofia não-cristã que revolucionou o pensamento ocidental do século XIII.

Gérard Sondag atém-se às relações entre Avicena e Duns Scotus em algumas questões metafísicas. Este problema tem sido ignorado por diversos pensadores nas últimas décadas. Descendo a minúcias, o autor mostra como

Avicena, de fato, é a fonte de inspiração para algumas das mais importantes teses filosóficas de Duns Scotus.

Bento Silva Santos estuda o modo como dois franciscanos, Duns Scotus e Ockham, que possuem a mesma tradição de “escola”, concordam, mas também divergem seriamente em um ponto da recepção do pensamento aristotélico, qual seja o das entidades conhecidas por intelecto agente e intelecto possível.

Jorge M. Machetta, enfim, procura situar a noção de “princípio”, em Nicolau de Cusa, nos estudos que este fez da obra de Proclo, principalmente do *Comentário a Parmênides*. Comparando textos, o autor permite-se discordar de traduções para outras línguas que, no caso, não exporiam com fidelidade o pensamento do cusano.

É tradição do grupo de Filosofia Medieval publicar traduções de autores daquele período. Seguindo o costume, são apresentados, em português três textos: o tratado *De aeternitate mundi* de um anônimo franciscano, por Joice Beatriz da Costa; o *Tratado sobre as compras e vendas* de Pedro de João Olivi, por Luis A. De Boni; e a *Quaestio disputata de felicitate* de Giacomo de Pistóia, por Idalgo Sangalli. Encerram este número da revista três resenhas, uma da autoria de Manoel L. Vasconcellos e duas da autoria de Cléber Eduardo dos Santos Dias.

Porto Alegre, 13 de junho de 2004.  
Festa de Santo Antônio de Lisboa e de Pádua

*Luis Alberto De Boni*

*Roberto H. Pich*